



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 51/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10050/2012.

Apenso: Processo nº. 10040/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Autazes.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sr. Raimundo Wanderley Penalber Sampaio, Prefeito e Ordenador de Despesas.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 57/2012 (fls. 744/806); Informação nº 587/2013 – DICAMI (fls. 1099/1111) e Relatório Conclusivo 40/2014-DICOP (fls. 1128/1173).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1035/2014 do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 1174/1180).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Autazes. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 51/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando a **DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS**, do **PREFEITO MUNICIPAL DE AUTAZES, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011**, de responsabilidade do Senhor **RAIMUNDO WANDERLAN PENALBER SAMPAIO**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 31, parágrafos 1º e 2º, da CF/88 c/c o artigo 127 da CE/89, artigo 18, inciso I, da LC nº 06/91 e artigo 1º, I e artigo 29, da Lei nº 2423/96 e artigo 3º, inciso III, da Resolução TCE nº 09/97.

10- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 19 de novembro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

JULIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 51/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2014)

1- Processo TCE nº 10050/2012.

Apenso: Processo nº. 10040/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Autazes.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sr. Raimundo Wanderley Penalber Sampaio, Prefeito e Ordenador de Despesas.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 57/2012 (fls. 744/806); Informação nº 587/2013 – DICAMI (fls. 1099/1111) e Relatório Conclusivo 40/2014-DICOP (fls. 1128/1173).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1035/2014 do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 1174/1180).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Autazes. Exercício de 2011.

Contas irregulares. Débito. Multas. Prazo. Autorizada a inscrição na Dívida Ativa. Representação ao MPE. Encaminhamento das irregularidades à SRFB. Recomendação à origem. Recomendação à próxima CI.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1 – À UNANIMIDADE:

9.1.1 - JULGAR IRREGULARES a PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES, relativa ao EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011, na Gestão do Senhor **RAIMUNDO WANDERLAN PENALBER SAMPAIO**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, em conformidade com o artigo 71, inciso II e artigo 75, da CF/88 c/c artigo 40, II, da CE/89 e artigo 1º, inciso II, artigo 2º e 5º da lei nº 2423/96



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 51/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2014)

com fundamento no artigo 18, da LC nº 06/91 c/c o artigo 22, inciso III, alínea “b” c/c artigo 25, da Lei nº 2423/96.

9.1.2 - CONSIDERAR EM DÉBITO o Senhor **RAIMUNDO WANDERLAN PENALBER SAMPAIO**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, nos termos das alíneas “b” e “c” do inciso III e § 2º do art. 22 da Lei 2.423/96 – TCE/AM e determine a devolução aos cofres públicos do montante de **R\$ 1.101.240,00** (Um Milhão, Cento e Um Mil, Duzentos e Quarenta Reais), corrigido nos moldes do artigo 305, da Resolução nº 04/2001-TCE/AM, face à impropriedade descrita no **ÍTEM 8.9** do Relatório/Voto.

9.1.3 - FIXAR O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, PARA O RECOLHIMENTO DOS VALORES IMPUTADOS AOS COFRES MUNICIPAIS DE AUTAZES, acrescidos das atualizações monetárias e dos juros de mora devidos, com comprovação perante esta Corte de Contas nos termos do art. 72, III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/96 – TCE/AM (Lei Orgânica), c/c o art. 169, I e art. 306, § único, III, ambos da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM (Regimento Interno).

9.1.4 - RECOMENDAR À PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES, caso o valor da condenação não venha a ser recolhida dentro do prazo estipulado, **A INSTAURAÇÃO DA COBRANÇA EXECUTIVA E A INSCRIÇÃO DO DÉBITO NA DÍVIDA ATIVA**, em consonância com o art. 72, III, alínea “a” e art. 73, ambos da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM (Lei Orgânica), c/c o art. 169, II e art. 173 e 308, § 6º, todos da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM (Regimento Interno).

9.1.5 - EM DECORRÊNCIA DOS INDÍCIOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Lei 8.429/92) **RECOMENDAR** ao Ministério Público de Contas que, se for o caso, **REPRESENTE** ao **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL** acerca das irregularidades consignadas neste caderno processual, colocando-se os autos à sua disposição, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, nos termos do artigo 114, inciso III, da Lei Estadual nº 2.423/1996 e artigo 54, inciso XII, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

9.1.6 - ENCAMINHAR À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRFB em conformidade com o artigo 2º da LF 11.457/07, às impropriedades contidas nos **ÍTEMS 8.6, 8.8 e 8.10** do Relatório/Voto (**Restrições 10, 12, e 14**, do Relatório Conclusivo – DICAMI).

9.1.7 - RECOMENDAR A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES:

- **REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO URGENTE** para aumentar, sobremaneira, o controle interno e a **FISCALIZAÇÃO INTERCORRENTE** no âmbito daquele município e/ou **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, ÍTEM 8.20** do Relatório/Voto (**Restrição 37**, do Relatório Conclusivo – DICAMI) nos termos da Lei nº 91/2011, com atenção aos dispositivos da Constituição Federal e da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 51/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2014)

- **OBSERVE E CUMPRA** as determinações insculpada no art. 164, § 3º da Constituição Federal e art. 43 da Lei Complementar nº 101/00, que se refere à obrigatoriedade da permanência de saldo em instituição bancária;
- **OBSERVE E CUMPRA** as disposições da Lei nº 8.666/1993;
- **O ENVIO DOS DOCUMENTOS REFERENTES AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS** daquela Municipalidade nos moldes da Resolução nº 02/1990 e artigos 31, I, II III, §§§ 1º 2º e 3º da Lei nº 2423/1996.

9.1.8 - RECOMENDAR A PROXIMA COMISSÃO DE INSPEÇÃO :

- Verifique aplicação do saldo remanescente para o exercício de 2011, na monta de **R\$ 12.254.245,65**, e se as consignações retidas no exercício e restos a pagar foram de fato quitados, tendo em vista esta disponibilidade financeira;
- Que as Comissões vindouras deste Tribunal, determinadas a procederem a inspeção ordinária “in loco” na Prefeitura Municipal ora em comento, em exercícios futuros, que observem se há reincidência nas restrições lançadas no **RELATÓRIO CONCLUSIVO Nº 57/2012-DICAMI**, às fls. 744/806, caso persistam, **DEVERÃO SER PASSIVAS DE IMPOSIÇÕES DE MULTA** por esta Corte de Contas aos **RESPONSÁVEIS** pela execução das despesas, na forma prevista no artigo 54, inciso VII, da Lei 2.423/96-TCE/AM;
- E ainda, remeta cópia da documentação pertinente as decisões desta Corte e as auditorias realizadas ao Ministério Público do Estado, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, em atenção ao artigo, 22, inciso III, § 3º, da Lei nº 2423/96 c/c o artigo 190, inciso III, alínea “b”, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

9.1.9 - Quanto aos ITENS 17 e 18 do RELATÓRIO CONCLUSIVO Nº 57/2012-DICAMI, às fls. 744/806, por se tratar de **RECURSOS FEDERAIS**, que seja dado ciência do teor das impropriedades listadas nos itens supramencionados ao **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO-TCU**.

9.2 – POR MAIORIA, QUANTO AS IMPROPRIEDADES LISTADAS PELA DICAMI:

9.2.1 - Aplicar MULTA no valor de **R\$ 1.096,03** (Um Mil, Noventa e Seis Reais e Três Centavos), ao Senhor **RAIMUNDO WANDERLAN PENALBER SAMPAIO**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, em razão do **ATRASO** na remessa da Prestação de Contas Anuais a este Tribunal de Contas nos termos do art. 308, inciso II, com nova redação dada pelo artigo 2º, da Resolução nº 25/2012-TCE/AM (**ITEM 8.1** do Relatório/Voto);



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº 51/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2014)

9.2.2 - Aplicar **MULTA** no valor de **R\$ 13.152,36** (Treze Mil, Cento e Cinquenta e Dois Reais e Trinta e Seis Centavos), ao Senhor **RAIMUNDO WANDERLAN PENALBER SAMPAIO**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, em razão do **ATRASSO** na remessa da Movimentação Contábil para o Sistema **ACP** referente aos meses de **JANEIRO** a **JUNHO** e o **NÃO ENVIO** dos meses de **JULHO** a **DEZEMBRO**, nos moldes a seguir:

• **R\$ 1.096,03** (Um Mil, Noventa e Seis Reais e Três Centavos) por **CADA MÊS DE ATRASO FORA DO PRAZO ESTABELECIDO E PELO NÃO ENVIO DOS DADOS VIA ACP**, totalizando o valor acima mencionado, tendo em vista a impropriedade descrita no **ITEM 8.2**, deste Relatório/Voto, com fulcro no artigo 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, conforme tabela abaixo:

COMPETÊNCIA	PRAZO ENTREGA	DATA DE ENTRADA	DIAS DE ATRASO
Janeiro	15/4/2011	07.05.2012	-387
Fevereiro	30/4/2011	07.05.2012	-372
Março	30/5/2011	07.05.2012	-342
Abril	29/6/2011	01.06.2012	-337
Maio	30/7/2011	01.06.2012	-306
Junho	29/8/2011	01.06.2012	-296
Julho	29/9/2011		
Agosto	30/10/2011		
Setembro	29/11/2011		
Outubro	30/12/2011		
Novembro	29/1/2012		
Dezembro	31/3/2012		

9.2.3 - Aplicar **MULTA** no valor de **R\$ 1.096,03** (Um Mil, Noventa e Seis Reais e Três Centavos), ao Senhor **RAIMUNDO WANDERLAN PENALBER SAMPAIO**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, por cada bimestre em que houve **O ATRASO/NÃO ENCAMINHAMENTO DOS RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, ou seja, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres (conforme quadro abaixo), totalizando o montante de **R\$ 6.576,18**, (Seis Mil, Quinhentos e Setenta e Seis Reais e Dezoito Centavos) em conformidade com o artigo 308, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, com nova redação dada pelo artigo 2º, da Resolução nº 25/2012-TCE/AM (**ITEM 8.3** do Relatório/Voto);

QUADRO DE ADIMPLÊNCIA DO RREO

RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
PERÍODO	PUBLIC.	ATRASSO	ENVIO	ATRASSO
1º Bimestre	30/03/2011	-----	02.05.2012	394
2º Bimestre	28/05/2011	-----	02.05.2012	333
3º Bimestre	30/07/2011	-----	03.05.2012	273
4º Bimestre	30/09/2011	-----	04.05.2012	212
5º Bimestre	30/11/2011	-----	05.05.2012	152
6º Bimestre	-----	-----	-----	-----



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº 51/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2014)

9.2.4 - Aplicar MULTA no valor de R\$ 1.096,03 (Um Mil, Noventa e Seis Reais e Três Centavos), ao Senhor RAIMUNDO WANDERLAN PENALBER SAMPAIO, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, por cada semestre em que houve ATRASSO/NÃO ENCAMINHAMENTO DOS RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ou seja, 1º, 2º, semestre (conforme quadro abaixo), totalizando o montante de R\$ 2.192,06, (Dois Mil, Cento e Noventa e Dois Reais e Seis Centavos) em conformidade com o artigo 308, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, com nova redação dada pelo artigo 2º, da Resolução nº 25/2012-TCE/AM (ITEM 8.4 do Relatório/Voto);

QUADRO DE ADIMPLÊNCIA DO RGF

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL				
PERÍODO	PUBLIC.	ATRASSO	ENVIO	ATRASSO
1º Bimestre	30/07/2011	-----	02.05.2012	177
2º Bimestre	-----	-----	-----	-----

9.2.5 - Aplicar MULTA no valor de R\$ 17.536,50 (Dezessete Mil, Quinhentos e Trinta e Seis Reais e Cinquenta Centavos), ao Senhor RAIMUNDO WANDERLAN PENALBER SAMPAIO, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, por atos praticados com grave infração a norma legal, face às impropriedades descritas nos ITENS 8.5, 8.6, 8.7, 8.8, 8.10, 8.11, 8.20 e 8.23, 8.24, 8.26 e 8.27 do Relatório/Voto, em conformidade com o artigo 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, de acordo com a nova redação dada pelo artigo 2º, da Resolução nº 25/2012-TCE/AM;

9.2.6 - Aplicar MULTA no valor de R\$ 8.768,24 (Oito Mil, Setecentos e Sessenta e Oito Reais e Vinte e Quatro Centavos), ao Senhor RAIMUNDO WANDERLAN PENALBER SAMPAIO, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, por atos de gestão ilegítimo ou ante econômico, face às impropriedades descritas nos ITENS 8.12, 8.13, 8.14, 8.15, 8.16, 8.17, 8.18, 8.19, 8.21 e 8.25 deste Relatório/Voto, em conformidade com o artigo 308, inciso V, alínea “a” da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, de acordo com a nova redação dada pelo artigo 2º, da Resolução nº 25/2012-TCE/AM;

9.2.7 - Aplicar MULTA no valor de R\$ 2.192,06, (Dois Mil, Cento e Noventa e Dois Reais e Seis Centavos), ao Senhor RAIMUNDO WANDERLAN PENALBER SAMPAIO, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, face à impropriedade descrita no ITEM 8.22, do Relatório/Voto, em conformidade com o artigo 308, inciso I, alínea “b” da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, de acordo com a nova redação dada pelo artigo 2º, da Resolução nº 25/2012-TCE/AM;

9.2.8 - FIXAR PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, a contar da ciência, para que o RESPONSÁVEL recolha os valores das MULTAS acima aplicadas aos cofres da Fazenda Pública Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, caput, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

9.2.9 - AUTORIZAR A IMEDIATA COBRANÇA EXECUTIVA, nos moldes do art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 04/2002 –



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

ACÓRDÃO Nº 51/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2014)

TCE/AM, caso o responsável não recolha os valores referente às **MULTAS APLICADAS** por esta Corte de Contas e ainda a **INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA**, caso persistam os débitos.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles, no sentido de ressalvar no julgamento, as prestações de contas de recursos de convênios firmados com órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam os artigos 71, inciso VI, e artigo 40, inciso V, das Constituições da República do Estado do Amazonas, e que as multas sejam aplicadas com os valores vigentes no exercício de 2011, de acordo com o regimento interno, Resolução nº. 04/2002, alterada pela Resolução nº. 01, de 29 de janeiro de 2009. Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.

10- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 19 de novembro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral